

## ASPECTOS LINGÜÍSTICOS DA SURDEZ

Rosana Passos (UFMG)  
[rpassos@ufmg.br](mailto:rpassos@ufmg.br)

### INTRODUÇÃO

O sistema auditivo humano possibilita o monitoramento dos eventos ambientais – inclusive os que representam perigo – e também possibilita o monitoramento dos sons relacionados ao processamento acústico da fala. Os seres humanos são capazes de processar, discriminar e interpretar acusticamente sons que ocorrem ao mesmo tempo. A audição humana é, portanto, uma função complexa, que contribui para a troca de informação, para a aquisição de linguagem e para o desenvolvimento psicológico. A perda ou diminuição da audição limita o indivíduo quanto à comunicação, às experiências sociais, comportamentais, emocionais, lingüísticas e pedagógicas. A audição é crucial para os propósitos comunicativos e de informação da espécie humana.

Como explicam Northern e Downs (2005), as conseqüências da perda auditiva dependem tanto da gravidade da perda, como da idade do indivíduo à época em que foi diagnosticada a surdez. Alguns fatores influenciam o desenvolvimento da linguagem, como por exemplo, o treinamento do resíduo auditivo, da articulação da fala precocemente e leitura labial. Favorece o processo de desenvolvimento lingüístico o tipo de prótese auditiva adquirida e o apoio cultural e familiar dado ao *surdo*. Por outro lado, esse desenvolvimento é dificultado pela existência de fatores visuais, emocionais e intelectuais associados à surdez.

Marschark (2001) explica que é rara a exposição do *surdo* apenas à língua oral ou apenas à língua de sinais, mesmo que essa seja a intenção dos pais ou professores. Na prática, mesmo que a língua oral seja a predominante no ambiente, muitas crianças *surdas* são expostas a algum tipo de comunicação sinalizada ou gestual, ainda que espontaneamente. Crianças *surdas* educadas em ambientes de língua oral podem desenvolver sistemas e comunicação gestual. Por outro lado, pais e filhos *surdos* com algum resíduo auditivo, segundo o autor, também podem se beneficiar da língua oral enquanto usam a

língua de sinais em alguns contextos. Tal variabilidade pode ter um papel importante nos modelos lingüísticos disponíveis para a criança *surda*. Sendo assim, apresenta-se a seguir informações sobre alguns componentes envolvidos na oralidade e a próxima seção aborda a língua de sinais e o bilingüismo.

## PRÓTESE AUDITIVA, LEITURA LABIAL E ORALIDADE

O uso da prótese auditiva é indicado para pessoas que possuem perda auditiva, com o objetivo principal de amplificação sonora dos sinais da fala, sons ambientais, sinais de perigo (alarme de incêndio, buzina) e de alerta (campainhas de porta, telefone), contribuindo para a percepção sonora. As próteses auditivas são adaptadas eletronicamente para cada tipo e grau de perda auditiva. Existem próteses para perdas auditivas leve, moderada, severa e profunda.

A prática dos profissionais da área de saúde é indicar próteses auditivas para as crianças tão logo seja diagnosticada e confirmada a perda auditiva. Grandes avanços tecnológicos ocorreram nas últimas três décadas, tornando as próteses mais leves e estéticas. Criaram-se dispositivos computadorizados minúsculos, reduzindo o tamanho e o peso das próteses. Com os avanços tecnológicos, o processamento do sinal sonoro vem se tornando digital, melhorando o desempenho do aparelho auditivo.

Para que possam compreender a fala com um bom nível de precisão, os *surdos* contam principalmente com a leitura labial (Breuwer; Plomp, 1986). As próteses auditivas são, portanto, um complemento para que os *surdos* compreendam a linguagem falada. Quanto à leitura labial, os *surdos* desenvolvem a habilidade de compreensão parcial da fala olhando para os movimentos articulatórios dos lábios, para a expressão facial e para os gestos do falante. Breuwer e Pomp (1986) ressaltam que existem fatores que dificultam a captação da informação oral pelos *surdos* ao realizarem a leitura labial. Alguns sons são articulados com movimentos muito semelhantes dos lábios e da mandíbula, como [p] e [b] nas palavras *pato/bato*; outros, não apresentam movimentos de lábios e mandíbula, como, por exemplo, [h] na palavra *rato* e a prosódia (entonação e padrões

de acentuação) dificilmente será percebida pela leitura labial isoladamente.

Ramos (2004) comenta que os *surdos* apresentam dificuldades vocais e de fala, tanto nas características segmentais (alterações na emissão de sons), como nas características supra-segmentais (alterações no ritmo, acento, entonação e qualidade vocal), o que interfere diretamente na inteligibilidade de fala

Os *surdos*, segundo Northern e Downs (2005), podem apresentar atraso grave de linguagem, problemas de fala e possível disfunção no aprendizado. A fala do *surdo* é caracterizada por problemas na voz, na articulação, na ressonância e na prosódia. As características prosódicas da entonação e da tonicidade estão ausentes, dando às vozes dos *surdos* uma qualidade monotonal. A fala da criança *surda* é caracterizada por: padrão temporal lento, uso ineficiente da corrente respiratória, prolongamento das vogais, distorção das vogais, ritmo anormal, nasalidade excessiva e adição de vogal neutra indiferenciada entre as consoantes contíguas. Northern e Downs (2005) observaram ainda que os *surdos* têm movimento mandibular excessivo, ausência de movimento da língua, posicionamento posterior da língua, confusão entre as consoantes vozeadas<sup>1</sup> [b, d, g, v, z, Z, dZ] e desvozeadas [p, t, k, f, s, Σ, tΣ], problemas com a coarticulação, substituição de sons visíveis por aqueles que são difíceis de ver, melhor articulação de sons iniciais da fala do que dos sons médios ou finais e confusão entre as consoantes plosivas.

## LÍNGUA DE SINAIS E BILINGUISMO

Segundo Crystal (2000), bilíngüe é uma pessoa que fala duas línguas. Segundo o autor, os estudos sobre o tema têm-se concentrado nos muitos graus de “bilingüismo” e “situações bilíngües” existentes. A primeira língua (L1), define o autor, é a língua-mãe e se distingue da segunda língua (L2), uma língua que não é a língua-mãe, usada para algum propósito específico, como a educação, etc.

---

<sup>1</sup> Segundo Ladefoged (1982) o estado da glote é vozeado quando as pregas vocais estão vibrando durante a produção de um determinado som. Em oposição, diz-se que o estado da glote é desvozeado quando não há vibração das pregas vocais.

Tais definições no campo de estudos da surdez e da língua de sinais trazem dúvidas e controvérsias.

Para Pereira (2008), o bilingüismo tem como pressuposto básico a necessidade do *surdo* de ser bilíngüe. Para Moura, Lodi e Harrison (2005), a primeira língua do *surdo* deve ser a língua de sinais. Esta servirá de base para a segunda língua que pode ser escrita ou oral. O *surdo*, como aponta as autoras, é exposto à língua de sinais por meio de interlocutores *surdos* ou *ouvintes* proficientes em língua de sinais. A língua oral ou escrita é trabalhada seguindo os princípios de aprendizagem de uma segunda língua.

Para Kozlowski (2000), a proposta bilíngüe não privilegia uma língua, mas quer dar direito e condições ao indivíduo *surdo* de utilizar as duas línguas: o *surdo* poderá escolher a língua que irá usar diante do contexto lingüístico em que estiver inserido. A autora acrescenta que a participação de adultos *surdos* na educação da criança *surda* é fundamental para a transmissão da língua de sinais e conseqüente construção de uma base lingüística para aquisição de outras “línguas”. Para Moura, Lodi e Harrison (2005), o fundamento do bilingüismo é oferecer à criança *surda* um ambiente lingüístico onde a comunicação acontece de forma natural, da mesma forma que acontece com a criança *ouvinte* por meio da língua oral.

Kozlowski (2000) como outros autores, defende que a língua materna do *surdo* deve ser a língua de sinais. O domínio da língua de sinais possibilita ao *surdo* a aquisição de outros conhecimentos, por meio do canal visual-espacial, diferentemente do *ouvinte*, que estabelece sua “visão do mundo” por meio de *input* pelas vias auditivo-verbal.

Felipe (2002) concorda com Kozlowski que a língua de sinais deve ser a primeira língua da comunidade *surda*. Esta língua contém regras fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas próprias. Os *sinais* são formados por meio de *parâmetros*, como a combinação do movimento das mãos com formato específico, posicionado no corpo, ou no espaço à frente do corpo, chamado de espaço neutro. Os parâmetros da língua de sinais são: configuração de mãos, movimento, orientação espacial/direcionalidade, locação (ponto de articulação), expressão facial e/ou corporal.

Contrariamente ao que pensa a maioria das pessoas, as línguas de sinais não são universais. Cada país tem a sua língua de sinais. No Brasil, a língua de sinais chama-se LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais); nos Estados Unidos, utiliza-se a ASL (*American Sign Language*) e na França, a LSF (*Langue des Signes Française*). As línguas de sinais, segundo Kozłowski (2000), apresentam variedades regionais (dialetos) e se caracterizam por ter uma dimensão espacial e corporal (os *sinais* são realizados no espaço neutro à frente do corpo ou no próprio corpo do sinalizador). A seção seguinte apresenta alguns aspectos lingüísticos das línguas de sinais.

## ASPECTOS LINGUISTICOS DAS LÍNGUAS DE SINAIS

A lingüística, segundo Crystal (2000) é o estudo científico da língua e pode se distinguir em diversos ramos, de acordo com o foco e o interesse do lingüista. Quadros e Karnopp (2004) elaboraram um trabalho abordando diversos aspectos fonológicos, semânticos e sintáticos da Libras (Língua Brasileira de Sinais), que será brevemente resumido a seguir.

### *Fonologia*

A fonologia busca identificar a estrutura e a organização dos constituintes fonológicos, propondo modelos descritivos e explanatórios. Na Libras, segundo Quadros e Karnopp (2004), a fonologia procura determinar quais são as unidades mínimas que formam os *sinais* e pretende estabelecer os padrões possíveis de combinação entre as unidades e as variações no ambiente fonológico.

Nos últimos 30 anos, fonologistas procuraram estabelecer as unidades formacionais dos *sinais* e o conjunto de traços distintivos de tais unidades, detalhando aspectos da representação fonológica e discutindo modelos teóricos propostos para línguas naturais<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Cristófaros-Silva (2001) define que línguas naturais são as línguas que evoluem de acordo com parâmetros gerados pela própria língua, a partir do uso feito pelos falantes. Há também línguas artificiais, que são inventadas com o propósito específico de comunicação ou para fins de linguagem computacional.

Os articuladores primários das línguas de sinais são as mãos. Um *sinhal* pode ser articulado com uma ou duas mãos. Tanto com a direita quanto com a esquerda; tal mudança não é distintiva. Os *sinhais* articulados com uma mão são produzidos pela mão dominante, e *sinhais* articulados com duas mãos estão relacionados ao tipo de interação entre as mãos.

Stokoe (1960, apud Quadros e Karnopp, 2004) propôs a decomposição de *sinhais* na ASL (American Sign Language) em três principais aspectos ou parâmetros: configuração de mão (CM), locação da mão (L) e movimento da mão (M). Posteriormente Battison (1974, 1978 apud Quadros e Karnopp, 2004) sugeriu a adição de informações referentes a orientação de mão (Or) e aos aspectos não-manuais dos *sinhais* (NM) que são as expressões faciais e corporais. A seguir uma breve explicação sobre cada um dos parâmetros.

#### **a) Configuração de mão**

Ferreira-Brito (1990, apud Quadros e Karnopp, 2004) descreveram, na Libras, 46 configurações de mãos (CMs). As CMs foram coletadas nas principais capitais brasileiras e agrupadas verticalmente segundo semelhanças entre elas. A configuração de mão está relacionada ao formato da mão na realização do *sinhal*.

#### **b) Movimento**

Segundo Quadros e Karnopp (2004) o movimento (M) é um parâmetro complexo, podendo envolver diferentes direções e movimentos (movimento interno da mão, do pulso e movimentos direcionais no espaço). Mudanças no movimento servem para distinguir itens lexicais, por exemplo, distinguir nomes de verbos.

Na Libras o movimento, segundo Ferreira-Brito (1990, apud Quadros e Karnopp, 2004), pode estar nas mãos, nos pulsos e no antebraço e pode ser realizado por movimentos unidirecionais, bidirecionais, ou multidirecionais. A maneira como é produzido o movi-

mento categoriza a qualidade, a tensão e a velocidade do mesmo. Alguns movimentos são realizados com repetições e outros não.

### **c) Locação**

Stokoe (1960, apud Quadros e Karnopp, 2004) define que locação é uma área no corpo ou no espaço, onde se realiza o *sin*al. O espaço é a área que contém todos os pontos dentro do raio de alcance das mãos em que os *sin*ais são articulados (cabeça, mão, tronco e espaço neutro).

### **d) Orientação**

A orientação é a direção para qual a palma da mão aponta na produção do *sin*al. Ferreira-Brito (1995, apud Quadros e Karnopp, 2004) na Libras e Marentette (1995, apud Quadros e Karnopp, 2004), na ASL (American Sign Language), enumeraram seis tipos de orientações da palma da mão: para cima, para baixo, para o corpo, para frente, para a direita ou para a esquerda.

### **e) Expressões não-manuais**

Quadros e Karnopp, (2004) explicam que as expressões não-manuais são movimentos de olhos, face, cabeça ou tronco. As expressões não-manuais apresentam função sintática, marcando sentenças interrogativas relacionadas a “sim-não”, interrogativas relativas a palavras iniciadas com QU- (que, quem, quando), topicalizações<sup>3</sup>, concordância, referência específica, referência pronominal, advérbio, dentre outros.

## ***Morfologia***

Morfologia é o estudo da estrutura interna das palavras ou dos *sin*ais, bem como das regras que determinam a formação dos mes-

---

<sup>3</sup> Segundo Crystal (2000), topicalização é o termo usado na sintaxe gerativa para indicar uma transposição de um termo do meio ou final da sentença para a posição inicial.

mos. A Libras, segundo Quadros e Karnopp, (2004), possui um léxico nativo que são os *classificadores*. Os *classificadores* são formas complexas em que a configuração de mão, o movimento e a locação da mão podem especificar qualidades de um referente. Geralmente, os classificadores são usados para especificar o movimento e a posição de objetos e pessoas ou para descrever o tamanho e a forma de objetos. Exemplo: uma pessoa andando num labirinto (Classificador de pessoa + andar em ziguezague). Existe também um léxico não nativo que contém palavras do português que são soletradas manualmente e que não tem um *senal* equivalente. Exemplo: D-I-A-F-R-A-G-M-A, (será realizado letra a letra, manualmente). As autoras descrevem também outros aspectos morfológicos apresentados a seguir:

- a) Na Libras é possível criar um novo *senal* utilizando o significado de um *senal* já existente, porém num contexto que requer uma classe gramatical diferente.

Podem-se derivar nomes de verbos (ou vice-versa) fazendo a reduplicação da estrutura segmental do verbo. Como por exemplo, o verbo “sentar” e o substantivo “cadeira”. O *senal* é o mesmo, porém no substantivo há uma reduplicação do *senal* do verbo.

- b) Na Libras pode encontrar “sinais compostos”, ou seja, junta-se duas bases de *sinais* preexistentes na língua para criar um novo *senal*, dito composto.

Como por exemplo, o *senal* “acreditar” (soma-se o *senal* de “saber” ao *senal* de “estudar”); o *senal* de “escola” (soma-se o *senal* de “casa” ao *senal* de “estudar”).

- c) A negação de um *senal*, na Libras, gera uma alteração em um dos parâmetros do *senal*, especialmente o movimento modificando a sua forma-base e formando uma contra parte negativa. Outra forma de se fazer a “negação” é marcar o *senal* por expressão facial sem alteração de nenhum parâmetro.



## *Sintaxe*

A organização da Libras é complexa, e possibilita estabelecer relações gramaticais no espaço. Apresenta-se a seguir alguns aspectos sintáticos da Libras.

- a) Os nomes e pronomes estabelecem relações sintáticas, por meio de uma referência, um local no espaço, um mecanismo, como:
  - Fazer o *sinhal* em um local particular. Como por exemplo: *sinhal* “casa” realizado em um local específico e sempre que se referir a esta “casa”, aponta-se para o mesmo local;
  - Direcionar a cabeça e os olhos, em direção a uma localização particular simultaneamente com o *sinhal* de um substantivo ou com a “apontação” para o substantivo;
  - Usar a “apontação” ostensiva antes do *sinhal* de um referente específico, e este ponto se torna o ponto “a”. Sempre que se for fazer menção a este referente, aponta-se para o mesmo ponto “a”, que passa a se referir a este “sinhal”.
- b) A ordem básica da frase varia, porém as mais comuns são SVO (sujeito-verbo-objeto), como por exemplo, *Ela assiste TV*; OSV (objeto-sujeito-verbo) como por exemplo, *TV ela assiste* e SOV (sujeito-objeto-verbo), como por exemplo, *Ela TV assiste*.
- c) Os advérbios temporais e de frequência não podem interromper uma relação entre o verbo e o objeto. Mantém-se a ordem SVO. Os advérbios temporais podem estar antes ou depois da oração, como por exemplo, *João vai comprar carro amanhã*. Bem como, advérbios de frequência que devem ser colocados antes ou depois do complemento verbal, como por exemplo, *Eu bebo leite algumas vezes*.
- d) A topicalização pode trazer um elemento para o início da frase. Este mecanismo está associado à marcação não-manual (expressão facial e corporal). Exemplos: *Futebol João gosta*; *Futebol João não gosta*; *Futebol João gosta?*
- e) Os verbos são classificados em:

- Verbos sem concordância (ter, falar, amar, conhecer, aprender) que exigem argumentos explicativos, uma vez que não há marca alguma no verbo com os argumentos.

- Verbos com concordância (dar, provocar, dizer, entregar, ajudar, perguntar) que flexionam em pessoa, número e aspecto e estão associados às marcações não-manuais e ao movimento direcional.

Tendo apresentado alguns aspectos lingüísticos da Libras, passa-se para algumas atualidades na educação dos *surdos*.

## ATUALIDADES NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

O reconhecimento da Libras como língua oficial tem estimulado os *surdos* brasileiros a estudarem, concluírem o ensino médio, ingressarem nos cursos técnicos e universitários. A presença do intérprete Libras/Português em sala de aula contribui para este retorno dos *surdos* à escola. Sendo assim, novas oportunidades de trabalho têm surgido, tanto para os intérpretes, quanto para *surdos* com currículos mais especializados.

No dia 24 de abril de 2002, a comunidade *surda* brasileira conquistou, no Congresso Federal, o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão oficial da comunidade *surda*, por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (Brasil, 2002), regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Brasil, 2005). Assim, a difusão da Libras é um dever do poder público e empresas concessionárias de serviços públicos e institucionalizados, cabendo também aos sistemas educacionais estaduais e municipais a inclusão da Libras em suas grades curriculares pedagógicas, contribuindo com a divulgação desta forma de comunicação e promovendo a inclusão social.

Os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal superior, o curso de pedagogia, o curso de fonoaudiologia, o curso de educação especial têm passado por reformulações em suas grades curriculares para incluir a disciplina de Libras. A Libras será disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional.

Outra conquista que beneficiou os *surdos* foi a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 (Brasil, 1989), regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (Brasil, 1999), alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2004 (Brasil, 2004), que visa garantir aos deficientes o exercício de seus direitos básicos, como educação, saúde, trabalho, lazer, previdência social. Significou mais uma conquista a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Brasil, 1991), que trata da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, determinando que as empresas com até 200 empregados devem preencher pelo menos 2% de seus cargos com portadores de deficiência (ou reabilitados pela Previdência Social), as empresas de 201 a 500 empregados, 3%, as de 501 a 1000 empregados, 4%, e as de mais de 1000 empregados, 5%. Para efeito das referidas normas, as empresas devem contratar pessoas portadoras de deficiência física, auditiva, visual ou mental. Sendo assim, as oportunidades de trabalho vêm crescendo para portadores de todos os tipos de deficiência, inclusive para os *surdos*.

Outros acontecimentos em prol da inclusão têm beneficiado os deficientes – por exemplo, alguns canais e programas de televisão têm disponibilizado legenda ou intérprete de Libras. Desta forma, o *surdo* tem conseguido acompanhar os acontecimentos mundiais, assistir a programas de esporte e de entretenimento. Outra conquista recente foi o Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008 (Brasil, 2008), que regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Brasil, 1990), fixando normas gerais para o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). O Decreto determina o acesso garantido ao atendimento pelo SAC às pessoas com deficiência auditiva ou de fala, em caráter preferencial, facultado à empresa atribuir número telefônico específico para este fim.

Essas conquistas são resultado das lutas e reivindicações das diversas associações, grupos atuantes, amigos e familiares de deficientes para assegurar os direitos e deveres desses indivíduos na sociedade. A comunidade *surda* se reúne em associações, federações, confederações, *chats* na internet, dentre outros, por todo Brasil, para discutir suas necessidades, mercado de trabalho, política, esporte, “bate-papo” informal, etc. A comunidade *surda* ao longo de sua história tem demonstrado ser um grupo consciente de suas necessidades e direitos.



## CONCLUSÃO

Este trabalho buscou apresentar as implicações da surdez no desenvolvimento e na aquisição de linguagem do surdo. Procurou-se mostrar os meios utilizados pelo surdo para se comunicar como a prótese auditiva, a leitura labial, a oralidade e a língua de sinais. O estudo sobre a estrutura e organização lingüística da Libras (língua brasileira de sinais) é um tema atual e tem despertado interesse de lingüistas, fonoaudiólogos, intérpretes, dentre outros. Espera-se ter contribuído para a divulgação desta língua e dos estudos lingüísticos que já vem sendo realizado nesta área.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATTISON, R. Phonological deletion in american sign language. *Sign Language Studies*, v. 5, p. 1-19, 1974.

BATTISON, R. lexical borrowing in american sign language. Silver Spring, MD: Linstok, 1978

BRASIL Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **In:** BRASIL. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2008.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **In:** BRASIL. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm#art70](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm#art70)>. Acesso em: 12 nov. 2008.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **In:** BRASIL. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1)>. Acesso em: 12 nov. 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008. **In:** BRASIL. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6523.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6523.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2008.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **In:** BRASIL. Presidência da República. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2008.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **In:** BRASIL. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2008.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **In:** BRASIL. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2008.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **In:** BRASIL. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2008.

BREEUWER, M.; PLOMP, R. Speechreading supplemented with auditorily presented speech parameters. *Journal of the Acoustical Society of America*, Amsterdam, v. 79, n. 2, p. 481-499, Feb. 1986.

CRISTÓFARO-SILVA, T. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudo e guia de exercícios*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 261 p.

CRYSTAL, D. *Dicionário de lingüística e fonética*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 275 p.

FELIPE, T. A. *Libras em contexto: curso básico livro do estudante*. Recife: Edupe, 2002. 164 p.

FERREIRA-BRITO, L. Uma abordagem fonológica dos sinais da LSCB. *Espaço: Informativo Técnico-Científico do INES*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 20-43, 1990 apud QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p.

FERREIRA-BRITO, L. Por uma gramática das línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995 apud QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p.

KOZLOWSKI, L. A educação bilíngüe-bicultural do surdo. In: LACERDA, C. B.; NAKAMURA, H.; LIMA, M. C. (Org.). *Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe*. São Paulo: Plexus, 2000. p. 84-102.

LADEFOGED, P. *A course in phonetics*. 2nd. ed. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1982. 300 p.

MARENTETTE, P.F. It's in her hands: a case study of the emergence of phonology in american sign language. Montreal: McGill University, Departament of Psychology, PHD Dissertation, 1995 apud QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p.

MARSCHARK, M. *Language in children who are deaf: a research synthesis*. Alexandria: NASDSE Project Forum, 2001. 63 p.

MOURA, M. C.; LODI, A. C.; HARRISON, K. M. A história e educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais. In: LOPES FILHO, O. C. (Ed.). *O tratado de fonoaudiologia*. 2. ed. Ribeirão Preto, SP: Tecmedd, 2005. v. 2, p. 341-364.

NORTHERN, J. L.; DOWNS, M. P. *Audição na Infância*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 359 p.

PEREIRA, R. C. *Surdez: aquisição de linguagem e inclusão social*. Rio de Janeiro: Revinter, 2008. 88 p.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p.

RAMOS, S. M. Voz e fala do deficiente auditivo. In: FERREIRA, L. P.; BEFI-LOPES, D. M.; LIMONGI, S. C. *Tratado de fonoaudiologia*. São Paulo: Roca, 2004. p. 91-101.

STOKOE, W. C. Sign language structure. Silver Spring: Linstok Press [1960], 1978 apud QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p.